

Estaduais paulistas em estado de penúria

Os recentes cortes de verbas para Ciência & Tecnologia, a queda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e as reduções dos orçamentos dos Ministérios que dão suporte à educação no Brasil estão gerando uma situação de crise no ensino superior público e gratuito. A gravidade desses problemas, que afetam em particular as universidades responsáveis pela geração de pesquisa, foi discutida dia 27 de novembro, pelo Conselho de Reitores (Cruesp) e as entidades que compõem o Fórum das Seis.

“Do ponto de vista acadêmico, as universidades estaduais paulistas estão ótimas; do ponto de vista econômico, elas estão em completa penúria”, alertou o reitor da Unesp, professor Antonio Manuel dos Santos Silva.

O uso do Provão como instrumento de pressão junto à mídia, para a possível implantação do ensino pago nas universidades públicas, foi destacado por representantes das associações docentes e também pelo reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares, que preside o Cruesp. Pelos critérios de avaliação do MEC, estão sendo premiadas as universidades particulares menos eficientes, que terão acesso a linhas de crédito para a reestruturação de seus cursos.

Tanto para os representantes do Cruesp como para o Fórum das Seis, é necessária nova lei para o ensino superior no Estado de São Paulo. Nessa nova legislação é pre-

ciso ficar claro o financiamento das universidades estaduais, cujos orçamentos estão sendo pressionados por uma série de serviços prestados à sociedade, entre eles a manutenção de hospitais, museus e vários outros equipamentos sociais, além das despesas com aposentadorias e precatórios. A USP es-

tá se preparando para enfrentar os novos tempos, informou o reitor Jacques Marcovitch. A universidade irá preservar os orçamentos para o ensino e para a pesquisa, mas fará um contingenciamento de 10% dos gastos da administração central.

Para o Fórum das Seis, é fundamental que as discus-

sões caminhem para a preservação do nível de emprego nas universidades estaduais paulistas, com o preenchimento dos claros indispensáveis à manutenção do ensino e da pesquisa sem sacrifícios dos salários já baixos. Nova reunião para discussão desses problemas foi agendada para fevereiro próximo.

Reunião do CR com o reitor

No dia 4/12, às 13h30, o Conselho de Representantes estará se reunindo com o professor Marcovitch, na sede da AduSP. Será entregue a proposta sobre precários entre outros assuntos a serem discutidos. A reunião é aberta a todos os docentes interessados.

Debate sobre Previdência

No dia 7 deste mês, a AduSP estará realizando um debate sobre “Reforma da Previdência e Aposentadoria de Professores”. O debate acontecerá no Auditório da História, às 17h00, e contará com a participação do professor Osmar Marchesi (secretário

geral do Andes), e do advogado Fernando Lester, da Assessoria Jurídica da AduSP. Aguardamos confirmação de presença do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB) e da professora Helena Antunes, diretora do Departamento de Recursos Humanos da USP.

Baile de Confraternização

Clube dos Professores
11 de dezembro, 6ª feira
das 22h00 às 02h00

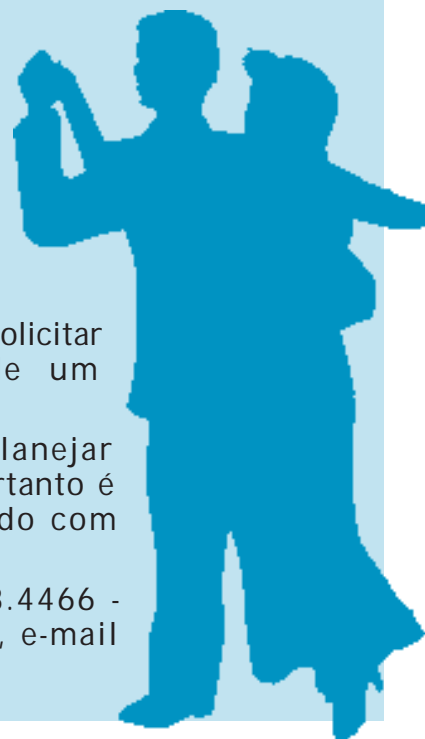
Será servido coquetel de entrada, prato quente, sobremesa e bebida (refrigerante, vinho ou cerveja).

A música será com o *Grupo Expressão*.

Todo(a) associado(a) da AduSP tem direito a solicitar um convite para o seu ingresso e de um acompanhante.

Para o sucesso do evento, é necessário planejar antecipadamente o número de presentes, portanto é indispensável que o convite seja solicitado com antecedência (até 7/12).

Convites: telefones (011) 818.4465 - 818.4466 - 813.5573 - 815.9245, fax (011) 814.1715, e-mail secretaria@adusp.org.br



Carta

“Deixei de ser precária no início de 97, isto é, realizei concurso público colocando à disposição o claro que ocupava. Acreditava que, em sendo autárquica passaria a gozar dos mesmos privilégios que os demais autárquicos – não precisam apresentar relatórios a cada dois anos. Ledo engano! Acabo de receber da Cert a aprovação de meu relatório, referente ao período 96/98, solicitando o próximo, de 1998/2000! Até quando alguns docentes precisarão apresentar relatórios? Até a aposentadoria? E os demais? E aqueles que são efetivos há mais tempo, que não fazem nada, ou estão na USP apenas para vender suas franquias? Que critério é esse? Não me importo por apresentar relatórios. O que me incomoda é que NÃO são todos os docentes que o apresentam! Para a Cert (que pelo visto ainda reina absoluta) os recém efetivos continuam sendo considerados precários”.

Ana Maria Dianezi Gambardella - Professora do Departamento de Nutrição da FSP.

CO começa a discutir orçamento 99

A Proposta de Diretrizes Orçamentárias da USP para o próximo ano, elaborada pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), começou a ser discutida no Conselho Universitário (CO), reunido dia 24 de novembro. Foram apresentadas as estimativas de verbas para 99 e discutidos temas específicos.

Alguns membros do Conselho consideram otimista a previsão da COP, que esti-

mou em R\$ 940 milhões a cota do ICMS destinada à USP. Eles criticaram os critérios utilizados pela Comissão, como a premissa de que o PIB brasileiro deve crescer 3% em 99. Eles consideram esse critério pouco realista em vista do cenário de recessão que se delinea no país.

Foi discutida também a questão das verbas externas, ou seja, aquelas destinadas a reparos e obras fora dos

prédios das unidades. Segundo informou o professor Roberto Ramos, representante dos professores assistentes da Poli no CO, essas verbas são administradas pelas próprias unidades e, agora, discute-se a possibilidade de passarem ao âmbito das prefeituras dos campi.

A análise completa da proposta da COP acontecerá dia 15 deste mês, quando o CO voltará a debater o orçamento.

Revista Adusp traz entrevista com Robert Kurz

A Revista Adusp estará circulando na segunda quinzena deste mês com uma entrevista exclusiva com o sociólogo alemão Robert Kurz. Autor, entre outros, do livro *O Colapso da Modernização*, Kurz afirma que “não é preciso muito engenho para dizer que a próxima região a entrar em bancarrota será a América Latina”. Quanto às medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise econômica, Robert Kurz afirma que são apenas ações protelatórias.

Os professores e economistas Márcio Pochmann (Unicamp) e Dércio Garcia Munhoz (UnB) também ana-

lisam a crise econômica brasileira. Pochmann afirma que estamos vivendo uma segunda década perdida (a primeira foi a de 80) e Dércio Munhoz questiona as intenções do acordo do FMI com o Brasil.

A edição nº 16 da Revista Adusp traz também artigos do reitor da USP, Jacques Marvovitch, e dos professores Reinaldo Furlan, do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP, e José Roberto Cardoso, da Poli. Todos tratam do tema educação. Paulo Henrique Martinez escreveu sobre o centenário de Luís Carlos Prestes e o jornalista Sérgio Buarque de Gusmão trata do



Augusto Coelho

Robert Kurz

comportamento dos institutos de pesquisa e da mídia durante o processo eleitoral. Sérgio Buarque aponta os erros e a irresponsabilidade com que são divulgadas as pesquisas eleitorais.

Serviços Adusp

Para dar maior suporte às suas atividades, a Adusp está construindo um mezanino para alojar todo o seu conjunto de arquivos. A nova área, com 40 metros quadrados, permitirá o acesso ao acervo documental da Adusp a todos os pesquisadores interessados nas lutas e campanhas da entidade. O arquivo será acessível mediante hora marcada com a secretaria e no recinto haverá suporte para as atividades dos pesquisadores interessados.

Informática - A entidade também oferece serviços de apoio na área de informática, como impressão a laser de teses e digitalização de imagens através de scanner colorido. Este serviço é restrito aos associados e está disponível às terças e quintas, das 9h às 18h. O custo por folha de impressão laser ou por imagem digitalizada é de R\$ 0,40. Recomenda-se marcar hora com antecedência de, pelo menos, um dia.

<http://www.adusp.org.br>

Entidades vão à Assembléia Legislativa protestar contra cortes de verbas

Aproximadamente cem pessoas, entre docentes, estudantes e pesquisadores de universidades públicas e privadas, compareceram à reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, dia 18 de novembro, para protestar contra os cortes nas bolsas de pesquisa. Representantes das APGs da USP, Unicamp, Unesp, PUC, Unifesp e dos Centros Acadêmicos de várias universidades estiveram presentes e apresentaram suas reivindicações à comissão.

Ao falar aos deputados, o presidente da Adusp, Jair Borin, lembrou que o governo acaba de cortar cerca de R\$ 245 milhões na área de Ciência e Tecnologia. Com esta política, disse Borin, passaremos a investir somente 0,8% do PIB nacional em C&T, ao contrário do Japão e dos EUA, que dedicam à área cerca de 4% do PIB de cada país. Estes dados mostram, segundo o presidente da Adusp, que o Brasil possui uma "política suicida de importação de tecnologia".

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de



Estudantes se manifestam em defesa da Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo.

Nível Superior (Capes) sofreu um corte de 12,5% em 97, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 10%, lamentou o representante da Adunifesp, Francisco Antônio de Castro Lacaz. Ele criticou também a proposta governamental de autonomia para as universidades federais e argumentou que ela causa a dissociação de ensino, pesquisa e extensão. O pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa da

Unifesp, Luís Eduardo Andrade, destacou que a revista *Science* criticou a política brasileira que despreza a pós-graduação.

A reunião teve de ser encerrada antes do horário previsto, uma vez que os deputados participantes da Comissão de Ciência e Tecnologia precisaram ir ao plenário para uma votação urgente. O deputado Jamil Murad (PCdoB), entretanto, fez questão de dar suas considerações sobre a crise

na educação. Ele afirmou que os cortes aplicados pelo governo são um crime premeditado que segue diretrizes internacionais e que os executores, comandados pelo presidente da República, têm muita consciência disso. Jamil disse também que a crise do ensino superior público é ainda mais grave por que as universidades têm seus orçamentos vinculados ao ICMS, que sofrerá perdas consideráveis com a recessão.

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão, seja ela de natureza administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas, por telefone ou e-mail.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h.
Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573. Fax: 814-1715.
E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h.
Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066.
E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Reestruturação das universidades públicas

A autonomia universitária pode ser implementada sem a fixação no orçamento de recursos específicos para as universidades federais? Essa e outras questões podem ser discutidas no fórum "Reestruturação da Universidade Pública Brasileira", veiculado no site da SBPC: www.sbpcnet.org.br.

O fórum, coordenado por Vilma Figueiredo e Sérgio Ferreira, apresenta ques-

tões que compõem a problemática do tema, o que facilitará a produção de um documento final com base nas participações.

Além das questões, foram disponibilizados documentos relevantes para a discussão. Apesar de centrado inicialmente em 18 questões, o fórum permite ao público enviar novos textos para a seção "documentos", bem como sugerir novas questões. (*sbpc-net*)

Adusp faz nova reunião sobre precários com representantes dos órgãos colegiados

Fotos: Daniel Garcia

A Adusp realizou uma segunda reunião com representantes de várias unidades da capital e interior, dia 25 de novembro, para encaminhamento e discussão da proposta para solução do problema dos contratos precários. A diretoria da entidade informou que os professores nesta situação representam 40% do total de docentes da Universidade e que a Adusp já consultou vários juristas (veja Informativo nº 40, 41 e 42). Eles foram unânimes em dizer que este tipo de contratação é irregular.

Durante o encontro, foram dados informes de diversas unidades que já realizaram reuniões sobre os precários. Várias Congregações também já debateram, ou estão para debater esta questão, a exemplo da Filosofia, Matemática, Farmácia, Física e FZEA-Pirassununga.

Tendo em vista as recentes mudanças na legislação previdenciária, foi indicada a seguinte estratégia para continuidade da luta:

1) Realização de um debate, com a presença de parlamentares e juristas, para esclarecer o significado das mudanças na Previdência;



Representantes de unidades da capital e interior discutem propostas para solução dos contratos precários

2) Em sintonia com o espírito da proposta aprovada pelo Plebiscito, deixar claro, no item c da proposta da Adusp, que os contratos regularizados devem gozar dos mesmos direitos que os concursados, em particular no que diz respeito à aposentadoria;

3) Apresentar ao Reitor, em reunião a ser realizada dia 4 de dezembro, às 13h30 na sede da Adusp, a proposta aprovada no Plebiscito (exceto o item e), com o esclareci-



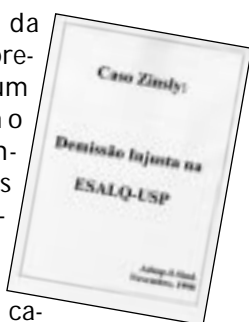
mento indicado no item 2. Quanto ao item e – *Com relação ao período de transição* – a reunião recomendou sua não entrega ao reitor neste momento e propôs uma discussão no próximo semestre, culminando com uma assembléia da entidade.

4) Solicitar ao reitor a realização de reunião especial do CO, com a presença da Adusp, para apresentação e discussão de propostas e de encaminhamentos sobre a questão dos contratos precários, para posterior deliberação pelo CO.

Relatora da CLR analisará caso Zinsly nas férias

A representação da Congregação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-Piracicaba) pedindo a readmissão do professor João Rubens Zinsly está sendo analisada na CLR (Comissão de Legislação e Recursos). A relatora indicada, professora Ada Pelegrini Grinover, informou que pretende estudar detalhadamente o processo durante as férias. A di-

retoria da Adusp preparou um resumo das conclusões da comissão que estudou o caso e está enviando cópias ao Reitor e aos membros da Comissão de Legislação e Recursos.



CO aprova recontração de docente de São Carlos

O Conselho Universitário acatou representação do professor Dawilson Lucato e recontraçou-o na Escola de Engenharia de São Carlos. O professor Lucato foi contratado no início de 1974, e esteve em RDIDP até março de 1992. Nesse período iniciam-se diversas idas e vindas com decisões conflitantes entre Conselho do Departamento, Congregação e Cert.

O resultado desse emaranhado foi a prorrogação em RTP até outubro de 97 (exceto por quatro meses, entre 31/10/94 e 28/2/95, em que o contrato foi em RDIDP). Após essa data, seu contrato não foi renovado sequer no regime de tempo parcial. Desta forma, depois de mais de 23 anos de contrato precário na USP, o professor Dawilson estava sendo mandado embora.